

Hum.º e Cam.º Senrº

A GÊNESE DO MUSEU PARANAENSE - (1874 - 1882)

AUSPICIOSA EXPERIÊNCIA DE ACLIMAÇÃO CULTURAL NA PROVÍNCIA

*Senor a honra de levar os contui-
mentos de V.ª E.ª que, no intuito de
recolher os requissimos productos
agricolas e industriaes d'esta Provincia,
pretendemos levar a effeito a creação
de um musio agricola e um jardim
de aclimação n'esta cidade.*

*Aos 17 de Junho de 1874
Reiteramos a V.ª E.ª os protestos de
sua elevada consideração*



*Deos Guarde a V.ª E.ª
Curitiba, 17 de Junho de 1874*

*Hum.º e Cam.º Senrº Dr. Frederico José
Cardoso d'Araújo e Abreu, Pres-
dente d'esta Provincia*

**ARQUIVOS DO MUSEU PARANAENSE
NOVA SÉRIE**

HISTÓRIA — Nº 1 — 1976

*Prof.ª Dr.ª Maria da Glória
D.ª Gene Banchado da Silva Oliveira*

SUMÁRIO

1 — Curitiba — Capital da mais profunda tranquilidade.	5
2 — O Governo Provincial de Lamenha Lins e suas fórmulas de Pro- gresso	11
3 — Os preparativos à Exposição em 1876, antecedentes do Museu Paranaense	17
4 — O Jardim de Aclimação e o Museu Paranaense	23
5 — A auspiciosa experiência de aclimação cultural na Província du- rante os seus primeiros anos	31
6 — Notas	37
7 — Documentos anexos	43

Ilustração de Rudolfo Doubeck



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA
DIRETORIA DE ASSUNTOS CULTURAIS

A GÊNESE DO MUSEU PARANAENSE (1874-1882)

AUSPICIOSA EXPERIÊNCIA DE ACLIMAÇÃO CULTURAL
NA PROVÍNCIA

EDILBERTO TREVISAN
DA SEÇÃO DE HISTÓRIA DO
MUSEU PARANAENSE, E DO
INSTITUTO HISTÓRICO,
GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO
PARANAENSE



ARQUIVOS DO MUSEU PARANAENSE – NOVA SÉRIE – HISTÓRIA – Nº 1 - 1976

1876 – CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DO MUSEU PARANAENSE – 1976

- 1 -

CURITIBA – CAPITAL DA MAIS PROFUNDA TRANQUILIDADE

Não é fácil reconstituir descritivamente Curitiba na década de 1870. Restam poucas referências de visitantes que por aqui passaram e nem todas com riqueza de pormenores. As poucas e raras reproduções fotográficas espantam os curitibanos de hoje, como se retratassem não um passado de 100 anos mas a pré-história da cidade. Considere-se, porém, que tudo o que o homem acrescentará até então à paisagem do planalto ainda levaria muito tempo para alterar nitidamente o aspecto da paisagem natural. De qualquer canto da cidade, espiava alí adiante o círculo do horizonte próximo e deserto. Um relatório provincial costumava repetir ao Presidente da Província que a Capital permanecia na mais profunda tranquilidade — o que não guardava nenhum exagero com a realidade. Bigg-Wither, quando de sua estada em Curitiba por volta de 1872, não deixou de anotar a insignificância urbana da Capital. "No ano de 1872, em que escrevo, a cidade de Curitiba podia ter 9.500 habitantes, dos quais 1.500 eram imigrantes, especialmente alemães e franceses. Ela, portanto, não ocupava grande extensão. As ruas seguiam as mesmas disposições peculiares às das cidades estrangeiras. No centro havia grande praça, com 200 jardas talvez de um lado, achando-se a igreja num dos cantos. Mesmo para esta cidade (capital de uma província cuja extensão é maior que a da

Inglaterra inteira), a arquitetura desse edifício era muito fraca. Somente em tamanho ele era superior aos prédios da circunvizinhança.

O presidente da província também morava ali. Sua casa, chamada, por cortesia, de palácio, tinha três pavimentos, cômodos, mas de aparência simples. Estava localizada na rua principal e cercada de lojas, dirigidas aparentemente por homens resolutos, que não se limitavam a uma ou mesmo duas espécies de mercadorias, adotando um sistema de negociar inteiramente cosmopolita, para atender da mesma maneira gentil o freguês que viesse comprar um rolo de fumo, como o que quizesse uma jarda de morim. Todas as lojas maiores pareciam ser de propriedade de brasileiros ou portugueses, enquanto a grande maioria das lojas menores estava em mão de alemães"⁽¹⁾.

Duas observações do Engenheiro inglês chamam, desde logo, a atenção do leitor de hoje: a insignificância e pouca extensão da urbe e o predomínio do luso-português, não apenas no lado comercial, mas no estilo da cidade, de sua arquitetura e arruamento. A larga praça da Matriz, hoje Tiradentes, o templo achapadado, ladeado de duas feias torres quadradas — construída em material de taipa que não deixava muitas opções ao autor do risco, eis como aparece hoje, em gravuras, o edifício da Matriz, não no local exato em que hoje se encontra a Catedral, mas no canto nordeste da praça.

O panorama da cidade não entusiasmava:

"Vimos assim que a cidade ficava numa planície aberta, embora, à pequena distância do lado norte, comessem os pinheirais entremeados de pastagens. Para o lado sul, tudo era uma planície aberta de se perder de vista e tanto o lado do ocidente como o do oriente eram de extensas pastagens, entrecortadas embora de moitas e matas. A falta de altas agulhas de torres ou de edifícios altos ou mesmo das usuais chaminés dá a Curitiba, vista de longe, aspecto muito diferente do de uma cidade inglesa. Quase que se poderia classificá-la de aglomerado de tendas e cabanas, formando o campo de um exército na expectativa de receber ordens de partir para outra localidade. O costume, quase universal, de pintar as casas de branco fortalece essa semelhança".⁽²⁾.

A descrição desprezenciosa de Bigg-Wither acentua perfeitamente o estágio urbano da capital da Província, que, em 1872, na lentidão característica da época, conservava quase idêntico aspecto urbano da cidade que Zacarias encontrara em 1853, na instalação da Província: um lugarejo sem nenhuma fisionomia urbana, "que de cidade só tinha o

predicamento oficial”(3). Foi preciso, antes de tudo, estabelecer a ordem pública dentro desse bizarro acampamento estabelecido entre os riachos Belém e Ivo, humildes tributários do Iguaçu, habitado, a princípio, de tropeiros e gente rude, em ambiente garantido pelo desforço pessoal de cada um “por ocasião de eleições, corridas de cavalos e até mesmo de festas religiosas, devido ao uso habitual de espadas e pistolas, não somente da parte dos sertanejos, mas até mesmo da quase generalidade dos cidadãos”.(4). Os vários Governos que de Zacarias a Araujo Abranches tinham passado na administração da Província, se tinham conseguido institucionalizar a máquina burocrática, não haviam logrado alterar a fisionomia urbanística da capital, durante mais de 20 anos de rápidos períodos presidenciais. É que, até então, Curitiba disputava com Paranaguá em desenvolvimento urbano, suportando as grandes desvantagens de sua localização central em um tempo em que a regularidade de comunicações dependia exclusivamente do lombo mular. Ao passo que Paranaguá, pelo intercâmbio marítimo usufruía todas as vantagens de escoadouro natural da Província, mediante comércio organizado, influente ambiente político, e ares de centro intelectual da Província, sem dependência direta de sua Capital para receber gente, conhecer notícias e conviver espiritualmente com a Corte.

Quem hoje domine o panorama visual do centro de Curitiba não terá a mínima oportunidade de localizar naquele aglomerado de elevados cogumelos, disputando terreno e céu no fundo poluído e degradado da originária bacia, o núcleo primeiro de que, há um século, iria nascer toda a grandeza atual. Mesmo que percorra pacientemente o centro de sua cidade, poucos são os vestígios que ficaram da primitiva célula urbana. Entretanto, um exame mais cuidadoso possibilita ainda levantar essa espécie de muros que limitava a velha cité de que a Curitiba de hoje surgiu e de onde extravasou desordenadamente para fora e longe de seu antigo nascedouro. Caminhando do atual marco zero, à Praça Tiradentes, exatamente no local do primeiro Cemitério, quando ainda, até 1854, se faziam os enterros no ádito da Igreja Matriz, e que, pelo menos até 1880, ainda existiu, daí partimos para a Rua da Graciosa, que antes se chamou do Nogueira, estrada de chão batido, que, pouco adiante, se bifurca na Estrada da Graciosa, à esquerda, depois Candido de Abreu, com o ferreiro Miller, à esquerda, e, pela direita, a Estrada da Marinha, ou início do caminho do Mar. O arruamento, nessa direção, termina na rua do

Saldanha, permitindo-nos regressar pela rua do Assunguy, atual Mateus Leme, aproximando-nos da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, e que acaba de receber o ornamento de sua bela torre. Pela rua do Fogo ou de São Francisco, alcança-se a Capela do Rosário ou dos defuntos, o Largo do Rosário, local dos mais saudáveis, onde, a partir de 1879, funciona o Colégio Curitibano, do grande Professor Nivaldo Teixeira Braga. Bem próximo, depois de 1884, veio morar o menino Alfredo Romário Martins, com sua mãe — d. Florência ou Nhá Florência, em tom carinhosamente brasileiro, aquela simpática senhora, debruçada à janela. Descemos apenas pela rua do Rosário, que felizmente ainda conserva o mesmo nome, pela rua Nova ou do Fogo da Bola, os altos barrancos, não dão passagem. Voltando ao Largo de D. Pedro II, nome que substituí ao de Largo da Matriz, podia-se, em boa companhia, passar pela Rua Alegre, onde, durante algum tempo, a alegrar a rapaziada, havia a Confeitaria Bube, especialista em quitutes e aperitivos, com aquele bonito jardim, com portão justamente aqui, à Rua Alegre. Alí, na esquina da rua Nova com a Travessa da Assembléia, aquele prédio bem caiado de branco e de muitas janelas, é a Assembléia Provincial. No lado, bem pegado, estão os andaimes do Teatro São Teodoro. As obras se arrastam, porque as verbas provinciais sempre chegam com atraso. A Sociedade Teatral Curitibana lançou a pedra fundamental em 25 de março de 1874, mas depois entregou a construção ao Governo Provincial. Nem o nome de seus corajosos fundadores adiantou. Agostinho Ermelino de Leão, João José Pedrosa, Joaquim Antonio Gonçalves de Menezes, Benedito Carrão, Belarmino Bittencourt e Joaquim Teixeira Ramos, a fina flor de nossos homens bons. Pegado ao Teatro é a casa de d. Ana Joaquina de França, que deve estar nos espiando através da rótula. Vamos descer com cuidado, as calçadas são altas: O Largo do Mercado, aqui está o local preferido das lavadeiras. Quanto povo, que falaria! Nem parece Curitiba. Atrás daquela ponte de madeira, sobre o Ivo, naquela casa que foi Mercado, dizem que o Presidente Lamenha Lins vai instalar um Museu de Aclimação. Veja: a Pêndula Meridional, a maior casa comercial da cidade, vende de tudo, até uma farinha láctea de Nestlé, que acaba de chegar da Suíça, recomendada para crianças, já que tem por base o bom leite das vacas suíças. Será verdade? Não há nada como esta Pêndula Meridional, onde se encontra de tudo. Dizem que vai até imprimir livros. Ah! a rua do Comércio, é o fim de Curitiba, no lado sul, mas nem parece. Quanto movimento! Quanto

cavalo e quanta carroça! Vêm todos da rua do Atlântico. Que nome mais esquisito para a estrada de Mato Grosso. Ali, naquelas portas, é o Correio Geral da Província. Lá no fundo, está sentado o Tenente Coronel José Antonio Martins, marido de Nhá Florência, nossa conhecida. Está despachando com seu praticante, o poeta Luiz Ferreira França, aquele rapaz de bela caligrafia. Deve ser dia de fechar mala para o litoral. Daqui partem todas as linhas do Correio para a Província: de Curitiba a São João da Graciosa, a pé, de Curitiba a Antonina, de carreta e animais cargueiros, de Curitiba a São José, em animal montado, de Curitiba a Lapa, idem, de Curitiba a Campo Largo, montado, para a Vila de Nossa Senhora do Amparo de Votuverava, também montado. Fazem conexão com as linhas de Antonina a Paranaguá, Paranaguá a Guaratuba e Paranaguá a Guaraquessaba, de Canoas. No interior, lapa a Palmeira, Castro a Jaguariaíva, Castro a Tibagi, Ponta Grossa a Guarapuava, todas em montaria. Uma verdadeira rede de comunicações, por todos os quadrantes provinciais. Além desta rua, não dá para continuar, é só lamaçal. Voltemos ao ponto de partida. Eis a Cervejaria Leitner e o Hotel Leitner, na esquina da rua das Flores. O Largo do Mercado — velha aspiração realizada pelo dr. João José Pedrosa, que tem por ele verdadeiro carinho. Elaborou até seu Regulamento, prevendo tudo para seu bom funcionamento. Foi inaugurado recentemente. Eis o perímetro de Curitiba neste ano de 1876. Estão construindo a Santa Casa de Misericórdia, lá para a banda do sul. Está quase pronta. Já mandaram buscar na Alemanha até um relógio para a sua fachada.

O paiol de pólvora, construído pelo dr. Francisco Antonio Monteiro Tourinho também está convenientemente distanciado da cidade.

Fora da cidade, alguns residem em chácaras o que satisfaz ao desejo de maior isolamento e conforto. Até Presidentes moraram longe da cidade, como o Presidente Rodrigo Otávio. Conta-o seu filho, nas anotações de memórias "Coração Aberto": "Na chacinha em que morávamos, um bom quilômetro distante da cidade, havia ao fundo um capão de mato cerrado, onde se abria a frescura de um pequeno lago. Todo o meu sentimento de amor à natureza se manifestou ao contacto dessa pequena floresta e desse pequeno lago". O silêncio do refúgio do Presidente era quebrado pelas serestas do quarteto do Major Bento de Menezes,⁽⁵⁾ ele ao piano, João Manoel Itiberê no violino, Jacinto da Cunha na viola, e o violancelo do velhinho preto Sejé.

Eis uma rápida visão urbana de Curitiba, capital da mais profunda tranquilidade, tão quieta que os tiros de espingarda do inglês Bigg-Wither, caçando narcejas no pântano do rio Ivo, retumbavam por todo o povoado, Tirante a velada ironia, apropriadamente descrevia-a o "Dezenove de Dezembro", de 5 de maio de 1881: "Para a monotonia calma e indiferente da vida das Províncias, obscuros satélites do poder centralizado e forte, é sempre um acontecimento notável o início de uma administração, e o povo, geralmente esquecido dos negócios públicos, agita-se de improviso, em derredor do governo nascente, como que procurando em suas próprias impressões a fórmula do progresso e a palavra do futuro".

II. O GOVERNO PROVINCIAL DE LAMENHA LINS E SUAS FÔRMULAS DE PROGRESSO

Segundo Pimenta Bueno⁽⁶⁾, o Presidente de Província, de livre nomeação pelo Imperador, desempenhava suas funções como agente da administração geral no território de sua jurisdição, cumprindo-lhe, nessa qualidade de representação, vigiar e controlar toda ação executiva do Poder Central. Esclarecer o poder geral, guardar a ordem pública em sua Província, promover o seu progresso, como verdadeiros instrumentos imediatos dos respectivos Ministérios, eis as atribuições outorgadas aos Governos Provinciais. Enquanto estes funcionavam como uma continuação e extensão do Poder Executivo Geral, reservavam a Constituição do Império e seu Ato Adicional às Assembléias Legislativas Provinciais o poder de legislar sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica da Província; instrução pública, desapropriações municipais e provinciais, despesas municipais e provinciais, emprego e repartição de rendas, nomeação de empregos municipais e provinciais, obras públicas, catequese e administração dos bens provinciais. Não constituíam, pois, as Províncias "Estados distintos ou federados, sim circunscrições territoriais, unidades locais ou parciais, de uma só e mesma unidade geral". "São centros de vida, de ordem, e de ação administrativa, partes integrantes do império", - no ensinamento do exegeta Pimenta Bueno. Dizem que D. Pedro II

queria Presidentes de Províncias moços e apolíticos, administradores e entusiastas de suas prerrogativas. Apolíticos, seria difícil no regime parlamentar vigente. Nem sempre tal acontecia. No caso de Adolpho Lamenha Lins, estava apenas nos seus quarenta anos, quando foi escolhido pelo Imperador para presidir a Província do Paraná, em 1875. Em meio da década de 70, pontificaram os Gabinetes Rio Branco e Caxias. A propósito do primeiro depoz. Joaquim Nabuco⁽⁷⁾ que, como o Imperador, aquele ministério, além de patriota, antiescravagista, mostrou-se "promotor do ensino e de toda espécie de melhoramentos intelectuais", qualidade esta que viria a distinguir a Presidência de Adolpho Lamenha Lins no Paraná.

Isso, em última análise, não só por virtude pessoal do governante, como em decorrência de programas incentivados pelo Governo Geral, de que aparecia como representante na Província.

Apresentando-se perante a Câmara de Curitiba, em 7 de maio de 1875, empossava-se em palácio no dia seguinte, recebendo a administração do Vice-Presidente, dr. Agostinho Ermelino de Leão. Seu antecessor, dr. Frederico José Cardoso de Araujo Abranches, há dias, já deixara a Província, sem aguardar a chegada do sucessor.

Graves questões iria encontrar o novo Presidente, não apenas na esfera administrativa, como principalmente no estado financeiro da Província, cujos déficits somavam-se de uma administração para outra, sem condições de recuperação.

Apenas no exercício financeiro de 1874-1875 apresentava dívida maior do que 50:000\$000, por verbas autorizadas e não suportadas na realização orçamentária, no correr de 75, o que poderia relegá-las para exercício findo — quando passariam então a depender do poder legislativo provincial⁽⁸⁾.

Propunha-se a medida heróica de emissão de títulos, como adiantamento de receitas. Entre os credores principais, a Santa Casa de Misericórdia, cuja construção prosseguia apesar de tudo, a Companhia Progressista, empresa de navegação subvencionada pelos cofres públicos e responsável pelas comunicações marítimas da Província, a Câmara Municipal de Curitiba, e a Sociedade Teatral União Curitibana, encarregada de construir o Teatro São Teodoro. No demonstrativo de obras públicas, pesavam as de prolongamento da estrada de Mato Grosso e de consolidação da Graciosa, além da ponte sobre o rio dos Papagaios, a cargo do Empreiteiro Jacob Hey, todos com déficit orçamentário de

11:951\$147. Sem contar com os compromissos de exercícios findos, cujo montante ascendia a mais de 400:000\$000. Delineava-se a insolvência.

Para se aquilatar as condições administrativas da Província, bastaria acrescentar que, afora a emissão de títulos, equivalente a protelar o pagamento e anular o exercício entrante, restaria apenas o empréstimo ao Banco do Brasil, a que todos os governos recorriam. Limitadíssima se apresentava a expansão de receita, considerando-se a estrita órbita de taxaço provincial no tocante a impostos.

“Eram os seguintes os impostos provinciais: contribuições de polficia, décima urbana, legados e heranças, direitos de pastagem, direitos de aguardente, impostos de réis em libra de carne, passagens de rios, novos, e velhos direitos, próprios provinciais, dízimos, quota de dízimo de café, terças partes dos ofícios, direitos de chancelaria, imposto das casas de leilão e modas, emolumentos de passaportes e de visitas de saúde, impostos sobre segos e bens de evento”.⁽⁹⁾

Por isso, acrescentava-se: “E não será possível, com a experiência moderna, recusar valor à exclamação do Uruguay:” “E neguem que a União tem sido o palladium das províncias”.⁽¹⁰⁾

Por esse motivo não se apresentava desesperadora a situação dos negócios provinciais, porque se deve acrescentar que o Presidente nada mais era que o agente dos Ministérios centrais, com a conseqüente possibilidade de amplamente, na medida, de seu prestígio pessoal e qualidades de convencer as esferas superiores, carrear recursos para serviços, obras e empreendimentos, no âmbito de sua jurisdição. Foi o que aconteceu com Lamenha Lins, considerando-se o notável impulso com que arremeteu a questão imigratória, por exemplo. Neste particular, sem desfalecimentos, seguindo à risca o programa imposto pelo Ministério da Agricultura, viu coroados de êxito seus empreendimentos coloniais, nos quais muito justamente se destaca de todos os governos presidenciais. Além do mais, ainda aqui revelava-se de ouro a regra imperial do governante jovem e apolítico. É claro também que, para ocupar os vácuos das possibilidades financeiras oficiais, sempre restaria a iniciativa particular, tão atuante nesse período que espanta a quem não se apercebe da natureza política então vigente.

Tão logo assumiu o governo, põe-se Lamenha Lins a responder às exigências daquilo que sua observação pessoal lhe recomendara ou reclamavam seus governados. Uma das primeiras medidas foi ordenar e

disciplinar o tráfego na Estrada da Graciosa, acelerar as obras de consolidação, bem como dar prosseguimento às da estrada de Mato Grosso, a que o término, em agosto de 1876, da imponente ponte sobre o rio dos Papagaios, oferecia realce. Ordena mais projetar-se abertura da estrada do Assunguy, em condições que permitissem tráfego de carros, assegurando-se comunicação segura com aquela florescente colônia.

Governar sempre compreendeu providências de ordem municipal, dentro de cada Capital. E Lamenha Lins, com esse mesmo pensamento, propõe à Câmara Municipal de Curitiba diversos melhoramentos urbanos. Em 18 de junho de 1875, comunica à Câmara haver expedido ordem ao Engenheiro da Província, Francisco Antonio Monteiro Tourinho, pondo em arrematação as obras da ponte sobre o rio Ivo, no Largo que, pela inauguração do novo Mercado,⁽¹¹⁾ passara a denominar-se de Conselheiro Zacarias, com sua conveniente arborização e mais as obras imprescindíveis à desobstrução desse rio, obras todas orçadas em 2:808\$744, correndo metade por conta dos cofres provinciais e outra pelos da Municipalidade.⁽¹²⁾

Quanto ao ensino, em cumprimento à Lei nº 446 de 12 de abril de 1876, que criou os cursos normal e secundário, atual Escola Normal, tomou todas as providências para dotá-los de sede e utensílios necessários à sua instalação, o que se deu festivamente à uma hora da tarde de 29 de julho de 1876, na casa em que funcionara a Secretaria de Instrução Pública, onde 3 salas haviam recebido adaptação, ornadas de modesta mobília cada uma com 1 estrado com mesa de pinho, 1 mocho de palhinha, 6 bancos para 6 alunos cada um e 3 cabides de madeira, mais um quadro negro. Foi o início do ensino normal no Paraná, que também comemorou cem anos neste ano de 1976.⁽¹³⁾

Além das providências normais do governo, têm necessariamente estes de atender eventualmente a fatos emergentes de questões acidentais e a administração de Lamenha Lins viu-se, em fins de 1875, obrigado a enfrentar circunstância inesperada, de graves e grandes repercussões. Justamente, essas eventualidades, inesperadas e urgentes, permitem pesar a capacidade do administrador e seu pronto ânimo de decisão. Foi o fato que, por ocasião dos festejos da padroeira de Curitiba, N. Sra. da Luz, em setembro de 1875, o prédio da Igreja Matriz, que já vinha mostrando alguns sinais merecedores de reparos, — apresentou grandes rachaduras, tanto em sua fachada como na parte dos fundos. Imediatamente Lamenha

Lins solicitou pareceres dos Engenheiros da Província, entre os quais Chalréo Junior e Francisco Antonio Monteiro Tourinho, os quais se pronunciaram pela interdição do templo ao culto público⁽¹⁴⁾ Defronta-se o Presidente com a delicada e difícil decisão, mas ordena sua demolição, ante o clamor público, natural para o povo de uma cidade, que via naquela igreja a representação de sua fé e da história de sua geração. Integrava-se a construção como um marco na paisagem urbana. A transladação das imagens de culto para a igreja do Rosário teve aspecto de condenação ao governo. Mas este, sem recuar, chamou a si a tarefa de reconstruir o templo, no mais curto espaço de tempo, embora para isso fosse necessário vencer dificuldades de toda ordem, não só materiais e financeiras, como técnicas, pois, a Província ainda não enfrentara emergência semelhante. Determinou a regulamentação das condições de contratação dos serviços de construção, prevendo prazo de dois anos, para conclusão dos trabalhos. Iria levar quase vinte. Enquanto os operários desmanchavam o templo com alavancas, cumpria à Província reservar terreno para a construção e verbas para pagamento dos serviços de demolição e de levantamento da nova Igreja. Das magras verbas orçamentárias — Matrizes — retiravam-se recursos para esses gastos inesperados. No Governo, altos e modestos funcionários doavam percentagens de seus vencimentos em favor das novas obras — em número comoventemente elevado e seus nomes continuam registrados mas esquecidos nos papéis de nosso Arquivo. Pode-se dizer que a catedral que aí está pertence integralmente ao povo de Curitiba e do Paraná. Por ofício datado de 4 de fevereiro de 1876,⁽¹⁵⁾ comunicava o Dr. João José Pedrosa ao Presidente da Província a aquisição por 3:500\$000, dos quais 2:500\$000 dos cofres provinciais e 1:000\$000 de donativos, "da casa situada à rua Fechada, esquina do largo da Matriz, cujo espaço deve ser aproveitado na construção da nova Matriz". Assim enfrentou Lamenha Lins tão séria emergência, revelando-se corajoso, eficiente, e adequado naquelas circunstâncias.

Em meio a essas providências, percorreu a Província em seus pontos principais, interessando-se sobretudo pelas condições das colônias já fundadas e outras em vias de serem estabelecidas, como, por exemplo, a de Alexandra, em Paranaguá, que sofria, já de início, reveses de organização e de atendimento financeiro.

Pois, nem sequer em meio às atividades múltiplas de seu cargo presidencial, encontrou Lamenha Lins pretexto para relegar a segundo

plano a idéia da criação, na Província de um Jardim de Aclimação e de um Museu — como lhe propunham importantes figuras de nosso meio social.

OS PREPARATIVOS À EXPOSIÇÃO DE FILADÉLFIA EM 1876, ANTECEDENTES DO MUSEU PARANAENSE

Em 1874, quando surgiu a idéia da criação de um Jardim de Aclimação e de um Museu Agrícola em Curitiba, proposta pelos drs. Agostinho Ermelino de Leão e José Cândido da Silva Murici, exatamente em 14 de janeiro, ao Presidente dr. Frederico José Cardoso d'Araujo Abranches⁽¹⁶⁾, ainda não se firmara a geração paranaense posterior à instalação da Província em 1853.

Naquele ano de 1874, por exemplo, o menino Nestor Victor dos Santos aprendia primeiras letras, na escola do Professor José Cleto da Silva, em Paranaguá. Rocha Pombo, adolescente, ajudava as missas e cursava as aulas gramaticais do Cônego José Jacinto Linhares, em Morretes. Emiliano Pernetta preparava-se para humanidades em Curitiba. Emílio de Menezes matriculava-se no Colégio N. Sra. da Luz, em Curitiba. Romário Martins ainda ia nascer em 8 de dezembro.

Em compensação, grandes paranaenses e brasileiros de outras Províncias salientavam-se na administração provincial, representados por elementos do clero, das profissões liberais, do magistério, que eram os intelectuais da época. João José Pedrosa, Procurador Fiscal da Província e integrante da Câmara Municipal de Curitiba. A magistratura, para a qual o Governo Imperial nomeara nomes respeitáveis, como o dr. Agostinho

Ermelino de Leão, transferido para o Paraná desde 1865, dr. Antonio Cândido Ferreira de Abreu, Juiz de Antonina e Morretes, dr. Antonio Joaquim de Macedo Soares, Juiz das Comarcas de São José e Campo Largo, autor de excelente monografia sobre o mate paranaense. Na medicina, como provedor da Santa Casa de Misericórdia, o dr. José Cândido da Silva Murici, e, em Paranaguá, o benemérito dr. Leocádio José Corrêa. No Ministério Público, dr. Emygdio Westphalen, promotor público na Lapa. No magistério, José Cleto da Silva, Serapião do Nascimento e Nivaldo Teixeira Braga. E muitos outros que ilustram a história daquele tempo.

Não era assim mera coincidência que entre a inauguração da Estrada da Graciosa no começo da década de 70, e o estabelecimento do primeiro trecho da estrada de ferro de Paranaguá a Curitiba, na meia década de 80, a Província e sua capital iniciassem uma segunda e importante fase de seu desenvolvimento, apesar do estado financeiro do governo e das intermitentes crises da erva-mate. Neste particular, assenta bem a observação de Temístocles Linhares: "... os engenhos de beneficiamento, depois de estarem em Paranaguá, Morretes, Antonina, Porto de Cima, passaram para Curitiba. Mas como não reconhecer ter se criado em torno deles certo bem estar social e até um clima em que estavam presentes preocupações artísticas e literárias? É o que informa o Professor Artur Barthelmess, apoiado na Professora Adelaide Mattana Villa: "Paranaguá fundou em 1871 o seu Clube Literário, que ainda existe e havia outros nas demais cidades mencionadas, inclusive em Porto de Cima, que hoje não tem cinquenta casas. A Biblioteca Pública em Curitiba tinha, em 1880, cerca de 2.000 volumes".⁽¹⁷⁾ Morretes, em 1876⁽¹⁸⁾, fundava o Clube Literário Alpha, com finalidades literárias e de difusão do ensino. Paranaguá, além do Clube citado, levantava fundos para a Companhia "Thalia Paranaense", tendo por objetivo a construção de um Teatro. O Teatro da Lapa. As Bibliotecas de Antonina, Ponta Grossa. A sociedade musical "Aurora Curitiba", inaugurada em 8 de setembro de 1876⁽¹⁹⁾.

Tantas e tão diversificadas espontâneas manifestações culturais evidenciam vitalidade e anseio intelectual, vindo somar-se as particulares àquelas de caráter oficial, patrocinadas pelo Governo Provincial ou pela administração geral.

Entre estas assumem importante significado as periódicas

exposições de que participou a Província do Paraná, como a de Paris, em 1867, Viena em 1873, e Filadélfia em 1876, comemorativa esta do Centenário da Independência norte americana. Eram mais do que meios de propaganda comercial ou industrial. O Paraná, que tivera destacada figura na Exposição de Viena, em 1873, aprestava-se para concorrer com igual entusiasmo para a de Filadélfia, conhecido que era o empenho do próprio Imperador pelas Exposições, como meio de difusão mundial de seu governo.

A cada Exposição Internacional, formava-se uma comissão superior da Exposição Nacional na Corte, subordinada a esta uma comissão central da Exposição Provincial. Em 1874, compunha a Exposição Superior o Conde d'Eu, o Visconde de Jaceguay, o Visconde de Bom Retiro, o Visconde de Souza Franco e João Antonio d'Asevedo. Enquanto que a comissão provincial no Paraná era presidida por Agostinho Ermelino de Leão, secretariada por João José Pedrosa, funcionando como tesoureiro José Cândido da Silva Murici. Por sua vez, a comissão central da Província dispunha de um ou vários elementos em cada cidade ou vila, de modo que, em conjunto, representava o que de melhor havia na Província de homens atuantes em todos os setores sociais, intelectuais, comerciais, industriais e políticos. Em Morretes, José Celestino de Oliveira. Na Lapa, Emygdio Westphalen, Dario dos Santos Pacheco, Ignácio Teixeira da Cunha Louzada, Francisco Alves Guimarães e Joaquim Corrêa Lacerda. Paranaguá, Joaquim Antonio Pereira Alves e Leocádio José Corrêa. Em São João da Graciosa, João de Souza Dias Negrão. Castro, José de Souza Ribas. Em Ponta Grossa, Francisco Ribas. Em Guarapuava, Ernesto Dias Lorangeira e o Barão de Guarapuava. Em Guaratuba, Norberto José de Miranda. Em Antonina, Antonio Cândido Ferreira de Abreu.

As Câmaras Municipais de todas as cidades e vilas, as mais distantes e humildes, como a de N. Sra. do Amparo de Votuverava, prometiam cooperação. A Exposição organizada em 1875 formava-se através de verdadeira arregimentação de toda a Província e todos os seus elementos sociais mais representativos estavam presentes.

Havia o sentido de destacar especialmente a produção da erva-mate paranaense, em pó ou erva, dos diversos fabricantes e de todas as embalagens. Na Exposição Provincial e Nacional de 1875, concorriam ainda os mais variados produtos agrícolas e industriais, e até os presos da

Cadeia de Curitiba para ela concorreram com um par de rédeas, uma cabeçada, um buçalete, uma tela e um chicote, sugerindo facilmente o ofício e interesse de cada um.

Uma nota explicativa dos produtos de uma das exposições dá certa idéia da produção provincial de então: algodão em rama, aguardente de cana e de vinho, alcool, águas minerais, açúcar em rama e refinado, argilas diversas, ágatas, artefatos, animais empalhados, cabelos para acolchoados, cola, carnes salgadas e em conserva, casulos do bicho da seda, cascas adstringentes para cortumes e medicinais, casca de tartaruga, cinzas, cipós, cipó florão para entalhamento, cereais em grão, cerveja, chapéus de cipó, palmeira e juta, cordas de cipó, cânhamo, chumbo, rochas, calcáreo, cristais, carvão de pedra, cerâmica, diamantes, enxofre, folhas para tinturaria, folhas venenosas, medicinais, flores medicinais, frutas secas e em conserva, fibras têxteis, fumo preparado, fumo em folha, farinha de mandioca, apim, trigo e centeio, ferro, gomas, erva-mate em folha e beneficiada, insetos, insetos venenosos, jaspes, linho em rama, linhaça, licores, lousa, linguas secas, lã limpa, bruta ou cardada, madeiras de lei, amostras de 1 metro de comprimento contendo casca, madeiras brancas, madeiras para tinturaria, madeiras oleosas, madeiras perfumosas, madeiras acres ou amargas medicinais, mercúrio, manganês, mármore, ouro, peles de animais, prata, plantas medicinais, polvilhos, rodela de grandes troncos, diâmetro completo permitindo contagem de anéis, rochas xistosas, xisto betuminoso, substâncias gordurosas, substâncias alimentares, espécimes vivos de agricultura, horticultura e floricultura, trançados de palmeira, junco, cipó, juta, trançados de couro, tecidos de lã, linho e algodão, utensílios de uso doméstico, vinhos de uva, cana, laranja, baunilha.

Todos os produtos deviam ser acompanhados de nota elucidativa de seu uso ou emprego de forma que deles se obtivesse clara noção de toda a produção da Província. Como se vê, pelo número de pessoas e associações convidadas a cooperar e pela variedade dos produtos desejados, cada Exposição mexia com toda a Província, em todas as camadas e categorias de produção e de conhecimentos. Tratava-se primeiro de adquirir ou receber em doação cada produto, acondicioná-lo, expô-lo na Província, depois transportá-lo para a Exposição Nacional, como preparativo da Exposição Internacional. O Governo financiava tanto as aquisições, quando vultosas, como os transportes, difíceis, caros e incertos, sujeitando os responsáveis da comissão a grandes contratempos.

Mas venciam a tudo com entusiasmo e abnegação, de que era exemplo o dr. José Cândido da Silva Murici, desde 1866 trabalhando em comissões dessa natureza. "Sua própria casa estava cheia dos produtos que afluíam de toda a parte e atulhavam seus corredores", conforme relata David Carneiro⁽²⁰⁾. E, ao fim de cada Exposição, copioso e importante acervo de produtos ficava sem outra destinação que não fosse a venda em benefício de obras pias⁽²¹⁾.

Muito natural, portanto, que, em meio à lida com semelhantes encargos, viessem os membros da comissão organizadora da exposição de 1875 a concientizarem-se da oportunidade de Um Jardim de Aclimação e de um Museu Agrícola. Foi o que aconteceu com Agostinho Ermelino de Leão e José Cândido da Silva Murici, em 1874.

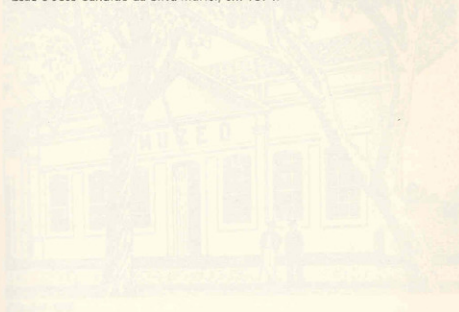
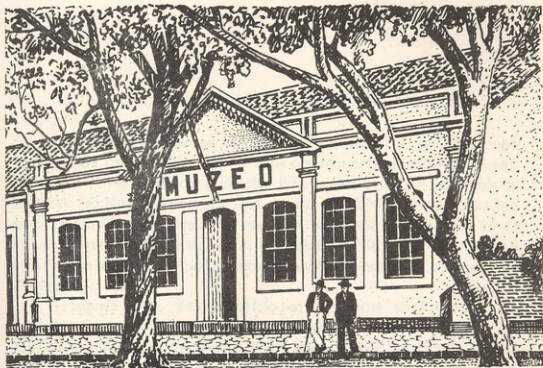


Foto: Museu do Município de São Paulo. Entre 1875 e 1880, no antigo Lado da Ponte, atual Colégio Municipal de São Paulo.



R. Doubek • 1976

**PRIMEIRA SEDE DO MUSEU PARANAENSE, ENTRE 1876 E 1900,
NO ANTIGO LARGO DA FONTE, ATUAL CONSELHEIRO ZACARIAS.**

O JARDIM DE ACLIMAÇÃO E O MUSEU PARANAENSE

Um dos fundadores do Museu Paranaense — dr. Agostinho Ermelino de Leão, dezesseis anos após o surgimento da idéia do Museu, com inexcusável modéstia e simplicidade, assim se refere ao histórico episódio: "O Museu Paranaense teve origem em 1874. O dr. José Cândido da Silva Murici, de saudosíssima memória, e o autor deste Guia, a 14 de janeiro daquele ano participaram à presidência da então Província o projeto que tinham de fundar nesta Capital um museu e um jardim de aclimação."⁽²²⁾

Naquela data, dirigem ofício ao Presidente da Província, dr. Frederico José Cardoso d'Araujo Abranches, comunicando-lhe que "no intuito de coligir os riquíssimos produtos agrícolas e industriais desta Província, pretendemos levar a efeito a criação de um museu agrícola e um jardim de aclimação nesta cidade."⁽²³⁾ Tinham intenção de "tornar patentes as riquezas que jazem esquecidas no vasto território desta Província,"⁽²⁴⁾ e pediam a colaboração do Governo e de todas as municipalidades e colônias do Paraná, para a concretização de sua idéia. Deixavam bem claro que o objetivo era coletar amostras da produção agrícola e industrial da Província, com o sentido de difundir as grandes riquezas desta, as quais, de outro modo, permaneceriam desconhecidas. Era quase um programa de exposição, com que ambos estavam

perfeitamente familiarizados.

O Presidente, tomando conhecimento do projeto, exatamente como lhe sugeriam, no dia seguinte, 15 de janeiro, expede Circular às Municipalidades, conclamando-as a enviarem tudo o que pudesse integrar o Museu a ser criado. Respondem, então, pela Câmara de Campo Largo, Antonio Gonçalves Padilha, José Brígido dos Santos, Eduardo Baptista e Castro, José Antonio de Moraes, Joaquim Luiz Vieira de Souza e Antonio Luiz Jorge⁽²⁵⁾. Pela Câmara de Tibagi, José Florentino de Sá Bittencourt⁽²⁶⁾. Pela de Curitiba, João José Pedrosa, Antonio Enes Bandeira, Antonio Augusto Ferreira de Moura, Joaquim Ventura de Almeida Torres e Antonio Marçal de Oliveira⁽²⁷⁾. Pela Vila do Arraial Queimado, Antonio Ricardo dos Santos Sobrinho, Manoel Amâncio do Rosário, Joaquim Florêncio dos Reis, José Alves de Paula e Wenceslau Fagundes dos Santos⁽²⁸⁾. Por Ponta Grossa, Joaquim Gonçalves Guimarães, Manoel Roberto Barbosa, Firmino José da Rocha, Manoel Vicente Bittencourt, Antonio Pedro da Silva Carvalho e João Baptista Lustosa Ribas⁽²⁹⁾. Pela Lapa, Joaquim Pacheco da Silva Resende e Joaquim Corrêa de Lacerda⁽³⁰⁾. Por Guarapuava, Joaquim Mariano de Sá Ribas, Benjamim Pereira de Oliveira, Pedro Alves da Rocha Loures⁽³¹⁾. Por Antonina, Antonio Felipe de Souza e Silva⁽³²⁾.

Provocados dessa forma pelo Governo Provincial, viam-se os chefes políticos do interior da Província envolvidos na campanha de fundação do Museu e do Jardim de Aclimação, que a iniciativa particular de poucos propunha à direção da Província. Neste particular, o critério para por em desenvolvimento a idéia inicial era o mesmíssimo adotado para as Exposições: engajar em cada região pessoas influentes e interessadas em contribuir de alguma forma, dentro de sua zona e com os meios que lhe pareçam convenientes e adequados.

Entretanto, apesar de encontrar a criação do Museu raízes na organização das Exposições provinciais, aproveitando as experiências adquiridas nestas e que, de fato, eram as únicas possíveis naquele momento, em seus começos ia sofrer retardamento justamente em função do maior empenho governamental pela Exposição Provincial. Nisso encontramos explicação para o fato de, após a proposta de Ermelino de Leão e de Murici, tão rapidamente adotada pelo Presidente Abranches em 15 de janeiro de 1874, sofrer um quase esquecimento em todo aquele ano, muito embora seja verdade que o Presidente, além de expedir a circular

aos municípios, reservou compartimento numa das repartições públicas da Província para os primeiros trabalhos. Como diz Agostinho Ermelino de Leão: "O Governo Provincial aplaudindo o cometimento, cedeu para esse fim uma das salas e terrenos do edifício em que funcionava a Tesouraria Provincial, hoje Tesouro do Estado".⁽³³⁾

Assim, enquanto tão cedo se adia a criação do Museu, por todo o correr de 74, intensificavam-se as providências para a Exposição Provincial, como preparatória da Nacional e daquela que se programava para Filadélfia, nos Estados Unidos da América do Norte. A Provincial foi solenemente inaugurada em 25 de abril de 1875, como último ato festivo do Presidente Abranches em terras do Paraná, que, por isso mesmo, perdeu oportunidade de passar à história como um dos fundadores do Museu Paranaense, apesar de ser verdade que contribuiu para realização desta idéia.

Foi então que, em inícios de maio de 1875, assumindo a Presidência o dr. Adolpho Laménha Lins, envolvido embora, desde logo, nas questões mais prementes e importantes que a sua administração enfrentou, — reserva especial atenção à idéia do Museu e do Jardim de Aclimação. Não há dúvida de que, tais como ambos se idealizavam pelos conceitos do tempo, ajustavam-se às providências da nova Presidência, principalmente o papel que se esperava desempenhasse o Jardim de Aclimação, instituição adequada a cooperar para consolidação das medidas adotadas para o desenvolvimento da imigração no Paraná.

É bem conhecido que, ao criar o Museu Nacional, por decreto de 6 de junho de 1818, estabelecia D. João VI que: "Querendo propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objetos, dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em benefício do comércio, da indústria e das artes, que muito desejo favorecer, com grandes mananciais de riqueza: Hei por bem que nesta Corte se estabeleça um Museu Real, por onde passem, quanto antes, os instrumentos, máquinas e gabinetes que já existem dispersos por outros lugares; ficando tudo a cargo das pessoas que eu para o futuro nomear." E a ele se incorporaram as coleções da Casa da História Natural e uma coleção de Mineralogia. Existia, pois, desde esse tempo, correlação entre desenvolvimento das ciências naturais e o papel desempenhado pelos Museus. Pouco mudara o conceito em sessenta anos.

Como primeira medida, já em meados de maio de 75, Laménha

Lins designa uma comissão diretora do "Museu que tem de ser criado nesta Capital",⁽³⁴⁾ constituída pelos drs. José Cândido da Silva Murici, André Braz Chalhéo Júnior e Agostinho Ermelino de Leão. Acrescenta o governo aos dois primeiros idealizadores do Museu o nome do Engenheiro André Braz Chalhéo Júnior, cuja presença na comissão interpretamos como de assessoramento técnico que, na qualidade de engenheiro, está em condições de prestar nas obras civis de engenharia que a instalação do Museu forçosamente exigiria. A comissão assim designada, em data de 20 de maio de 1875, responde ao Presidente, observando-lhe que "tem a honra, para cumprir satisfatoriamente o que por V. Exa. lhes foi ordenado, de indicar o prédio que serviu de mercado, no Largo do Conselheiro Zacarias e pedir que digne-se por à sua disposição o dito prédio, o qual, com os reparos indispensáveis propostos pelo Engenheiro da Província e constantes no orçamento junto, no valor de 1:296\$130, nos compartimentos nele mencionados, desde já, se prestará, modesta e convenientemente, à grandiosa idéia que se deseja levar a efeito".

Pronunciando-se a Tesouraria Provincial em 26 de maio⁽³⁵⁾, esclarece que "segundo a comunicação que a esta Tesouraria fez a Presidência, em ofício nº 365, de 30 de dezembro do ano passado, ficou, desde então, disponível o próprio provincial, sito no Largo do Conselheiro Zacarias, a que se refere o citado ofício; porisso, conforme neste se pede, pode ele, sem inconveniente, ser destinado ao estabelecimento do Museu, que V. Exa. tem em vista criar nesta Capital." O ofício nº 365, de 30 de dezembro de 1874, da Presidência, só pode referir-se a iniciativa do governo anterior de Abranches, que, entretanto, não chegou a ultimá-la.

Acrescenta o Inspetor Fiscal que "para auxílio do Jardim de Aclimação e do mesmo Museu, consignou a lei vigente de orçamento, no art. 1º § 19, uma verba de Rs. 2:000\$000, por conta da qual, a Presidência, em ofício nº 114 de 7 do corrente, mandou entregar a quantia de um conto de réis (1:000\$000) ao dr. José Cândido da Silva Murici."⁽³⁶⁾ O que significa que, no próprio dia em que assume a Presidência, 7 de maio, Lamenha Lins proporciona a primeira verba para o Museu. A menos que o próprio Dr. Ermelino de Leão, como Vice-Presidente em exercício da Presidência, o tenha feito naquela mesma data. Sem o original daquele ofício, essa questão não pode ser esclarecida.

A Tesouraria Provincial concorda com a despesa, sugerindo que o restante da despesa, 296\$130, necessária aos reparos da futura sede do

Museu, retire-se da verba — Eventuais, constante do orçamento provincial. Mas, o dinheiro não chega. O único interessado nas obras de reparação, José Moreira de Freitas, pede 1:500\$000 pelos serviços internos e da platibanda, quantia que, afinal, é coberta pela Província⁽³⁷⁾.

Refere-se Lamenha Lins, em relatório à Assembléia Provincial que “achava mais vantajoso despende-se essa quantia, do que vender-se o edifício por preço insignificante, em vista do estado ruinoso em que estava; acrescentando que, com mais alguns melhoramentos, necessários para torná-lo espaçoso, ficaria em condições de prestar excelentes serviços, pois que poderia aí funcionar mais de uma repartição pública⁽³⁸⁾. Era ainda preciso, para justificar a idéia de Museu, invocar necessidade de outras repartições.

Em fins de setembro de 75, terminavam os serviços de reparação do prédio e “também os da ponte, passadiços, grades e reparos das muralhas do rio Ivo, no Largo do Conselheiro Zacarias”⁽³⁹⁾. Estes últimos melhoramentos públicos haviam parcialmente corrido com a participação da Municipalidade.

Finalmente, em 25 de setembro de 1875⁽⁴⁰⁾, ponde o Governo Provincial instalar, antes do Museu, a sociedade de aclimação, filial á da Corte, para o que, no dia 23, convocara em Palácio várias personalidades de projeção.⁽⁴¹⁾ Propunha-se a sociedade de aclimação, conforme estatutos aprovados pelo Presidente da Província em 11 de outubro de 1875 ⁽⁴²⁾, introduzir, aclimatar, domesticar, propagar e melhorar espécies, raças ou variedades de animais ou vegetais, em toda a Província do Paraná. Sua primeira diretoria tinha como presidente Agostinho Ermelino de Leão e José Cândido da Silva Murici como vice-presidente. João José Pedrosa, secretário geral, Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, Ignácio Alves Corrêa Carneiro e Alfredo Caetano Munhós, adjuntos de secretário, Caetano José Munhós, tesoureiro. João Manoel da Cunha, Padre Agostinho Machado Lima, Generoso Marques dos Santos, André Braz Chalhó Júnior, Gottlieb Wielland, Francisco Antonio Monteiro Tourinho, Benedito Pereira da Silva Carrão e Tertuliano Teixeira de Freitas, conselheiros. Constitui o Jardim de Aclimação parte do projeto que previa a criação do Museu.

Uma vez instalada, sua diretoria, na mesma data em que tem aprovados seus estatutos, solicita do Presidente Lamenha Lins “uma área de 200 metros de frente sobre 400 de comprimento, nas proximidades do

novo hospital da Misericórdia, no Largo do Murici, compreendendo a pequena lagoa que ali existe, ao lado desse edifício, afim de servir para o jardim de aclimação que se trata de fundar.”⁽⁴³⁾ Lembrava ao Presidente a conveniência de entregar-se à diretoria a quantia de 2:000\$000, concedida pela Assembléia no § 19 do art. 1º da lei orçamentária de 13 de abril de 1874, de que recebera apenas a metade, e ainda “autorização para que provisoriamente possa esta Associação funcionar em uma das salas de casa destinada ao Museu, no Largo do Zacarias.”⁽⁴⁴⁾

A futura sede do Museu passaria então a abrigar sua irmã gêmea, nascida um ano antes, a Associação de Aclimação, presidida pelos mesmos idealizadores e comandada com igual entusiasmo por Ermelino de Leão e Murici.

Para realizar seus fins, em 6 de janeiro de 1876, pleiteia a Associação o cercamento do terreno, ao lado do novo hospital de misericórdia⁽⁴⁵⁾, do qual, porém, receberia a respectiva Carta de Data, apenas por despacho de 26 de julho de 1879, da Municipalidade. Constituem hoje os terrenos ocupados pela Igreja do Senhor Bom Jesus, convento e Colégio, na quadra compreendida pela Praça Rui Barbosa, rua 24 de maio, Visconde de Guarapuava e Alferes Poli. Desde então, até mais ou menos fim do Império, funcionou a Associação de Aclimação, tendo empreendido plantações experimentais de trigo, na Colônia Lamenha Pequena⁽⁴⁶⁾, distribuição de sementes, instrumentos, prestando importantes serviços para o desenvolvimento agrícola da Província: ocupando, através da iniciativa particular, o vácuo administrativo pela inexistência de órgão governamental próprio, no caso Secretaria de Agricultura, que viria a ser criado apenas na primeira década do atual século, já na República. Dela afirmou seu presidente que “prestou à Província os mais relevantes serviços. Aos imigrantes incumbia-se de fornecer sementes e instrução. A ela se deve a introdução da cultura do eucalipto, da amoreira, etc. Funcionava em uma das salas do Museu Paranaense”⁽⁴⁷⁾.

Instalada e posta a funcionar a Associação de Aclimação e concluídos os trabalhos para a Exposição de Filadélfia, chega a vez do Museu. Nada mais adequado que escolher a data de 25 de setembro de 1876 para sua inauguração, a mesma em que, um ano atrás, se instalara sua co-irmã — a Associação.

Apesar dos trabalhos de reforma no velho prédio que servira de

mercado e das obras para melhorar o curso do rio Ivo, o Largo do Conselheiro Zacarias ainda infundia respeito quando chovia. Restava à comissão do Museu solicitar do Presidente da Província que autorizasse, "ao Diretor Chalhéo Júnior que, na qualidade de Engenheiro da Província, tem sob sua administração as obras da demolição da Matriz, a empregar o pessoal ali existente para limpar, carpir e aterrar, com calça das mesmas obras, as depressões do Largo Conselheiro Zacarias, a fim de tornar mais brilhante a festa que se prepara para instalação do dito Museu, no dia 25 do corrente, e também a Sessão Magna para solenizar o 1º aniversário da Associação de Aclimação, que vão ter lugar no edifício situado naquele Largo." (48)

Enfim, às 17 horas do dia 25 de setembro de 1876, segunda-feira, no prédio que lhe fora destinado, no Largo do Conselheiro Zacarias, realiza-se a inauguração solene do Museu Paranaense. Discursa o Presidente Lamenha Lins. O jornal "Dezenove de Dezembro", de 27 e 30 de setembro daquele ano, publica notícia circunstanciada da cerimônia. Estabelece o Museu visitação pública todos os domingos, das 11 às 13 horas. No dia 1º de outubro de 1876, aberto o Museu por Chalhéo Júnior, ninguém o visita (49), mas, no domingo seguinte, 8 de outubro, recebe 11 visitantes, os primeiros das centenas de milhares que o têm procurado nos últimos cem anos de funcionamento.

A AUSPICIOSA EXPERIÊNCIA DE ACLIMAÇÃO CULTURAL NA PROVÍNCIA DURANTE OS SEUS PRIMEIROS ANOS

Não se pode afirmar que o Museu Paranaense nascé de simples causalidade. Ermelino de Leão e Cândido Murici representam a interferência decisiva do idealismo individual. Com o Presidente Lamenha Lins, são seus heróis. Nascido o primeiro em Paranaguá, em 25 de março de 1834, desde 1865 profundamente integrado à sua Província, ao passo que o segundo, chegando ao Paraná em 8 de novembro de 1854, na condição de médico militar⁽⁵⁰⁾, ocupam ambos cargos de relevo, ligando-se ao meio provinciano por laços familiares. Ermelino de Leão, de 1865 a 1886, exerceu no Paraná a magistratura, assumindo, como Vice-Presidente, a Presidência várias vezes, merecendo, por muitos títulos, as palavras com que seu filho não menos ilustre — Ermelino Agostinho de Leão — a ele se refere: "Fervoroso amante e servidor do Paraná."⁽⁵¹⁾. Viveram ambos o pulsar da nova Província, praticamente desde os primeiros anos de sua instalação. Anos difíceis, que exigem, ante as precariedades locais, remédios prontos, que, às vezes, se fazem demorados ou impossíveis. Cumpre aos primeiros governos institucionalizar a administração pública e convocar a participação de um organismo social disperso e dividido por interesses locais. O amálgama social parcialmente foi atingido quando se estabelecem ligações seguras e rápidas entre

Curitiba e Paranaguá, após a conclusão da estrada da Graciosa, em 1873. Nem bem organizava a Província sua estrutura social e administrativa, acolhe, dentro de uma década, o maior afluxo migratório de sua história, gentes de origens várias, religiões, modos de vida, sem coincidência de processos culturais, que era preciso integrar na coletividade incipiente da Província. Talvez contribuisse à resolução pessoal dos fundadores do Museu a fugacidade do momento exato em que a Província despe a vestimenta antiga de uma sociedade que vai desaparecer, sem a marca decisiva de desenvolvimento. Museu, sob qualquer concepção, nunca deixou nem deixará de personificar o santuário de um passado, próximo ou longínquo, quando se vê ameaçado pela desmemória dos homens e bombardeado pela fobia contínua de mudanças que entusiasma as administrações de todos os tempos, sem lhes oferecer, em troca, ao menos, o sentido de uma possível segurança. Em 1876 também é assim. Muito embora ocorra então uma circunstância incomum. Em 1876, o Paraná ainda não tem história escrita, pois que a obra de Vieira dos Santos, pesada, sólida, insubstituível, funciona como as traves mestras de um edifício incompleto, talvez até hoje não concluído. Além disso, estão amarradas ao ciclo exclusivo de Paranaguá, Morretes e Curitiba. Em 1876, ainda se vive a pré-história paranaense, como quando o então Barão de Guarapuava encaminha ao Presidente Frederico José Cardoso de Abranches, em 25 de dezembro de 1874, duas pedras que supõe xisto betuminoso⁽⁵²⁾. Ou quando a Inspetoria de Agricultura do Império, em fins de 1876, remete seis sacos de café em coco, para serem distribuídos "2 pela colônia do Assunguy, 1 pela de Morretes e 3 destinei às colônias do centro de nossa Província, Paranapanema, São Pedro de Alcântara e Tajahy(?), onde o café pode prosperar e ser no futuro de grande vantagem e interesse para os colonos".⁽⁵³⁾

A geração da instalação da Província, vinte e tantos anos depois, com a efervescência social da colonização e com os rumos da nova infraestrutura, precária mas superior à dos anos iniciais, pode perfeitamente convencer-se da necessidade de conservar o passado, próximo embora, desta terra que ia crescer. Se não tinha história escrita, sistematizada, conservaria, pelo menos, os documentos iconográficos, no Museu que se inaugura. Compreendemos, então, que a história daquele momento, deixando o Museu de ser sonho para transformar-se em realidade, é igualmente a história do arraigado desejo de enaltecere e

mostrar tudo o que o Paraná guardava e possuía, por indústria natural ou humana. É que a Província quando inaugura o Museu Paranaense, volta-se, pela primeira vez, para seu passado e julga-o digno de ser conservado e lembrado pelos vindouros. Havia adquirido noção de sua própria importância. Vale a data como marco social de auto-afirmação. Tanto mais eloquente quanto decisiva é a iniciativa particular que lhe dá origem e o apoio espontâneo com que o recebem desde o início.

“O grande incremento, porém, que o Museu tomou, devido a inúmeros donativos que quotidianamente recebia, impossibilitou que outra qualquer repartição funcionasse no mesmo prédio,”⁽⁵⁴⁾ é o que relata Ermelino desses primeiros anos do Museu como instituição particular, até 1º de janeiro de 1883. O Museu que, quando se inaugura, consta de apenas uma sala, à direita do prédio, no Largo do Conselheiro Zacarias, contendo: “. . . as importantes coleções de objetos indígenas, de moeda, papel, prata e cobre; pedras e outros minerais; conchas, insetos e algumas raridades, e sobretudo, bem preparada arvoresita, que se via numa redoma, por sobre a qual esvoaçavam delicados colibris e fugazes borboletas”.⁽⁵⁵⁾

Inaugura-se “modesta e convenientemente”, pois, o significado primordial dos que o criaram é o amor da terra e o sentimento de admiração e respeito pelo que ela proporciona aos que a amam e a buscam. Notável a contribuição ao Museu dos paranaenses, no período que vai de sua instalação a 1883. “A sala em que se acha o Museu vai-se tornando pequena para comportar inúmeras dádivas que lhe são feitas”, escrevia o “Dezenove de Dezembro”, em 15 de maio de 1878, que semanalmente publicava o rol das ofertas com os nomes de seus doadores. A partir de maio de 1879, o horário de visitas estende-se até às 18 horas dos domingos e a falta de espaço um sério problema. Até que, em 8 de dezembro de 1879, inaugura o Museu um novo salão.⁽⁵⁶⁾

Acontecimento importante para o Museu foi a visita do Imperador Pedro II, no dia 22 de junho de 1880. Conforme seu hábito, chega o Imperador às 7 horas da manhã, isto é, sua primeira visita em Curitiba. Por duas horas percorre todas as vitrinas, demorando-se a apreciar os “fósseis, as secções de moluscos e crustáceos, assim como dos minerais.” O “Dezenove de Dezembro”, relatando a visita imperial, acrescenta que “S. M. mostrou-se satisfeito com o Museu, e, lamentando a falta de um catálogo de todos os objetos ali expostos, a qual tem por causa a falta de

classificação delas, manifestou desejos de ver esse catálogo organizado, e recomendou ao dr. Ermelino que se esforçasse nesse sentido, recorrendo aos profissionais do lugar para aquela classificação”.

Sob a direção do dr. Ermelino de Leão, além dos donativos, senhoras de Curitiba promovem loterias para obter valiosos auxílios financeiros, de que tanto necessita o Museu, que já então se firmara como instituição cultural na Província, promovendo palestras em seu salão e participando da Exposição Antropológica do Rio de Janeiro, em 1882, promovida pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro⁽⁵⁷⁾.

Em dezembro de 1882, resolve-se a entrega do Museu à Província do Paraná, ato que se realizou às 14 horas do dia 1º de janeiro de 1883, na presença do Presidente, dr. Carlos Augusto de Carvalho, que nomeia o dr. Agostinho Ermelino de Leão seu primeiro diretor e aprova os Estatutos pelos quais havia de se reger como repartição oficial da Província.

Vinga definitivamente a idéia levantada por Ermelino de Leão e Murici, apoiada tão decisivamente pelo Presidente Adolpho Lamenha Lins, em 1876. Vinha a administração provincial assegurar-lhe continuidade e recursos para manutenção de seus serviços. O Livro de atos solenes do Museu Paranaense, datado de 1880, com 98 folhas, das quais 39 preenchidas até hoje, consigna a ata declarando que “achando-se preparado o estabelecimento que, por ofício de treze de maio do ano de mil oitocentos e setenta e cinco, fora encarregado de organizar, entregava-o à Província, na pessoa do mesmo Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente da Província”.

Outra significação emprestaria o tempo àquela solenidade, além de representar o exemplo de amor à terra de parte dos idealizadores e da ânsia coletiva de afirmação cultural do meio provinciano do Paraná. Passaria o Museu a servir à integração cultural de uma sociedade sacudida tanto por movimentos de acomodações normais de seu desenvolvimento econômico, como, e principalmente, pelo pesado acréscimo das largas levas de cidadãos que, vindos de outras Pátrias, adotavam o Paraná como sua nova terra, para si e para seus descendentes. A ata de entrega do Museu Paranaense à Província do Paraná ficaria sendo o primeiro ato coletivo público que documenta a convivência inicial, às vezes tão arredia de princípio, entre nacionais e estrangeiros: contém 158 assinaturas, mais de cinquenta reconhecidamente de estrangeiros, principalmente alemães e italianos.⁽⁵⁸⁾ O Museu Paranaense, que nasce sob certo vínculo com a

história natural e com os produtos da terra, muito antes de contar o Paraná com escolas superiores ou Universidade, presta-se, já de início, ao papel relevante de responder à primeira curiosidade dos mais novos cidadãos do Paraná. Antes da aglutinação política, religiosa, profissional ou familiar — desponta o interesse comum pela cultura e pela identificação com as coisas da nova terra. Tudo apesar da modéstia com que se apresenta inicialmente, Como instituição sem programa pré-estabelecido, no conceito atual de Museu, sem mesmo catalogação de suas pequenas coleções, aceitando tudo que lhe oferecem, muita luta tem o Museu pela frente, pois, "como os organismos, as instituições humanas tendem a desenvolver-se para adaptar-se às necessidades em plena evolução ou a morrer de morte natural no abandono."⁽⁵⁹⁾ Morre a Associação de Aclimação, mas não perece o Museu Paranaense, talvez porque a aclimação da cultura é ainda a mais promissora e segura.

- NOTAS -

1. *Thomas P. Bigg-Wither — NOVO CAMINHO NO BRASIL MERIDIONAL: A PROVÍNCIA DO PARANÁ. Coleção Documentos Brasileiros, Livraria José Lympio Editora, 1974, 49. Tradução, introdução e notas de Temístocles Linhares.*
2. *Ibidem, 51.*
3. *Romário Martins — CURITIBA DE OUTRORA E DE HOJE. Edição da Prefeitura Municipal de Curitiba. 1922, 167.*
4. *Romário, ibidem, 168.*
5. *BENTO ANTONIO DE MENESES, mestre de música do Corpo Policial do Paraná, nomeado por ato da Presidência de 12 de maio de 1860. Desde 3 anos antes de sua nomeação, lecionou às praças do Corpo Fixo e da Companhia de Polícia. A época destes fatos já estaria reformado. Livro de Requerimentos de 1875, vol. 2, Departamento de Arquivo e Microfilmagem.*
6. *Dr. José Antonio Pimenta Bueno — DIREITO PÚBLICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, 1857, 1º volume, 314.*
7. *Joaquim Nabuco — UM ESTADISTA DO IMPÉRIO, volume III, Instituto Progresso Editorial, 1949, 405.*

8. *Ofício de 29 de novembro de 1875, da Tesouraria Providencial ao Presidente do Estado. Livro de Ofícios de 1875, vol. 18. Departamento de Arquivo e Microfilmagem.*
9. *João Camillo de Oliveira Torres — A FORMAÇÃO DO FEDERALISMO NO BRASIL. Brasileira. Companhia Editora Nacional, 1961, 135.*
10. *João Camillo de Oliveira Torres, Ibidem.*
11. *O novo mercado de Curitiba, cuja construção fora defendida e sustentada pelo grande paranaense dr. João José Pedrosa, inaugurado em 11 de outubro de 1874, pelo Presidente dr. Frederico Abranches. Ver Ermelino Agostinho de Leão, Dicionário do Paraná, vol. III, 1295, verbete Mercado de Curitiba.*
12. *Ofício de 19 de junho de 1875, da Câmara Municipal de Curitiba ao Presidente da Província. Livro de Ofícios de 1875, vol 11. Departamento de Arquivo e Microfilmagem.*
13. *Orçamento dos móveis e utensílios para os cursos normal e secundário, fundados pela lei nº 446, de 12 de abril de 1876. Livro de Ofícios de 1876, vol. 12. Departamento de Arquivo e Microfilmagem.*
14. *Laudo do exame procedido na Igreja Matriz, datado de 14 de dezembro de 1875, pelo engenheiro Antônio Monteiro Tourinho. Livro de Ofícios de 1875, vol. 20. Departamento de Arquivo e Microfilmagem.*
15. *Ofício de 4 de fevereiro de 1876, do Procurador Fiscal dr. João José Pedrosa ao Presidente da Província. Livro de Ofícios de 1876, vol. 3. Departamento de Arquivo e Microfilmagem.*
16. *Ofício datado de 14 de janeiro de 1874, dos drs. Agostinho Ermelino de Leão e José Cândido da Silva Murici, ao dr. Frederico José Cardoso d'Araújo Abranches. Livro de Ofícios de 1874, vol. 1. Departamento de Arquivo e Microfilmagem.*
17. *Temístocles Linhares. HISTÓRIA ECONÔMICA DO MATE. Documentos Brasileiros. José Olympio Editora, 1969, 202.*

18. *Ofício de 23 de novembro de 1876, da Diretoria do Clube Literário Alpha ao Presidente Lamenha Lins. Livro de Ofícios de 1876, vol. 21. Departamento de Arquivo e Microfilmagem.*
19. *Ofício datado de 3 de setembro de 1876, da Sociedade "Aurora Musical" ao Presidente Lamenha Lins. Livro de Ofícios de 1876, vol. 18. Departamento de Arquivo e Microfilmagem.*
20. *David Carneiro. GALERIA DE ONTEM. Editora Vanguarda. Curitiba, 1963, 491.*
21. *David Carneiro, ibidem, 491.*
22. *Agostinho Ermelino de Leão. GUIA DO MUSEU PARANAENSE. Curitiba. Impressora Paranaense, 1900, 5.*
23. *Ofício datado de 14 de janeiro de 1874, dirigido pelos drs. Agostinho Ermelino de Leão e José Cândido da Silva Murici, ao dr. Frederico José Cardoso d'Araújo Abranches, Presidente da Província. Livro de Ofícios de 1874, vol. 1. Departamento de Arquivo e Microfilmagem.*
24. *Ibidem.*
25. *Ofício datado de 27 de janeiro de 1874. Livro de Ofícios de 1874, vol. 1. Departamento de Arquivo e Microfilmagem.*
26. *Ofício datado de 1º de fevereiro de 1874. Ibidem.*
27. *Ofício datado de 3 de fevereiro de 1874. Ibidem.*
28. *Ofício datado de 5 de fevereiro de 1874. Livro de Ofícios de 1874, vol. 3. Departamento de Arquivo e Microfilmagem.*
29. *Ofício datado de 14 de fevereiro de 1874. Ibidem.*
30. *Ofício datado de 21 de fevereiro de 1874. Ibidem.*
31. *Ofício datado de 6 de abril de 1874. Ibidem.*
32. *Ofício datado de 25 de maio de 1875. Ibidem.*
33. *Agostinho Ermelino de Leão. GUIA DO MUSEU PARANAENSE, citado, 3.*

34. *Ofício datado de 20 de maio de 1875, dirigido pela comissão recém-nomeada ao Presidente da Província. Livro de Ofícios de 1875, vol. 8. Departamento de Arquivo e Microfilmagem. Neste ofício, após o Presidente o despacho: "Informe a Tesouraria Provincial. Palácio da Presidência, em 21 de maio de 1875. Lamenha Lins."*
35. *Informação da Tesouraria Provincial do Paraná, datado de 26 de maio de 1875, subscrita pelo Inspetor Joaquim D'Almeida Faria Sobrinho, que recebeu da Presidência o despacho: "Exp. ordem neste sentido, e comunique-se à Comissão."*
36. *Ibidem.*
37. *Ofício datado de 2 de julho de 1875, da comissão ao Presidente, que traz o despacho: "Exp. ordem nesse sentido." Livro de Ofícios de 1875, vol. 12. Departamento de Arquivo e Microfilmagem.*
38. *Referido no relatório de Ermelino de Leão. Relatório de 1895, fls. 29. Departamento de Arquivo e Microfilmagem.*
39. *Ofício datado de 1º de outubro de 1875, da Tesouraria Provincial do Paraná ao Presidente da Província. Livro de Ofícios de 1875, vol. 17. Departamento de Arquivo e Microfilmagem.*
40. *O jornal "Dezenove de Dezembro", de Curitiba, datado de 27 de setembro de 1875, pág. 3, traz a notícia da solenidade de inauguração, presidida por Lamenha Lins, que proferiu discurso de abertura. Interessante notar a divergência de data entre Agostinho Ermelino de Leão, pai, no Índice Paranaense, 35, e Ermelino Agostinho de Leão, filho, no Dicionário Histórico, vol. 1, pág. 143. Enquanto o primeiro consigna 25 de setembro, anota o segundo 23 de setembro. Parece que a 23 foi a fundação da Associação, no Palácio da Presidência e, a 25, a inauguração, no prédio do Museu.*
41. *ECCHO LITTERARIO, órgão de propriedade do Clube Literário de Paranaguá, nº 48, de 2 de outubro de 1875. Departamento de Arquivo e Microfilmagem.*
42. *Jornal "Dezenove de Dezembro", de 13 de outubro de 1875, pág. 1.*

43. *Ofício datado de 11 de outubro de 1875, dirigido ao Presidente Lamenha Lins pela diretoria da Sociedade de Aclimação: Agostinho Ermelino de Leão, José Cândido da Silva Murici — Vice-Presidente, João José Pedrosa, secretário, Ignácio Alves Correa Carneiro, adjunto de secretário, Alfredo Caetano Munhós, idem, Caetano José Munhós, tesoureiro. Livro de Ofícios de 1875, vol. 16. Departamento de Arquivo e Microfilmagem.*
44. *Ibidem.*
45. *Ofício da diretoria da Associação de Aclimação ao Presidente da Província, em 6 de janeiro de 1876. Livro de Ofícios de 1876, vol. 2. Departamento de Arquivo e Microfilmagem.*
46. *Ofício datado de 8 de junho de 1876, da Associação ao Presidente Lamenha Lins. Livro de Ofícios de 1876, vol. 11. Departamento de Arquivo e Microfilmagem.*
47. *Agostinho Ermelino de Leão — ÍNDICE PARANAENSE. Impressora Paranaense, 1934, 35.*
48. *Ofício datado de 21 de setembro de 1876, assinado por José Cândido da Silva Murici, André Braz Chalreo Júnior e Agostinho Ermelino de Leão, dirigido ao Presidente Lamenha Lins, que nele despachou: "Sim. Com. Eng^o Chalreo." Livro de Ofícios de 1876, vol. 17. Departamento de Arquivo e Microfilmagem.*
49. *Relatório apresentado ao dr. Bento Lamenha Lins, pelo diretor do Museu Paranaense — Romário Martins, em 1^o de janeiro de 1906. Curitiba, 32.*
50. *David Carneiro. GALERIA DE ONTEM, citado, 490.*
51. *Ermelino Agostinho de Leão — DICIONÁRIO DO PARANÁ. Empresa Gráfica Paranaense, Curitiba, 1926, 28.*
52. *Ofício de Antônio Lustosa de Andrade ao Presidente Abranches. Livro de Ofícios de 1874, vol. 21. Departamento de Arquivo e Microfilmagem.*
53. *Ofício do Agente de Colonização de Imigrantes, João Baptista*

- Brandão de Proença, datado de 9 de dezembro de 1876, ao Presidente Lamenha Lins. Livro de Ofícios de 1876, vol. 19. Departamento de Arquivo e Microfilmagem.*
54. *Relatório de 1895, citado, fls. 29. Departamento de Arquivo e Microfilmagem.*
55. *Jornal "Dezenove de Dezembro", Curitiba, edição de 30 de setembro de 1876, 2/3.*
56. *"Dezenove de Dezembro", de 11 de dezembro de 1879, 3.*
57. *"Dezenove de Dezembro", de 23 de dezembro de 1882, 3.*
58. *Documento em anexo, em que aparecem nomes que vêm a desempenhar importante papel no futuro do Paraná, em todas as categorias profissionais. Não é mera coincidência que, tal como um símbolo, ali também estejam os nomes dos avós do atual diretor do Museu Paranaense — Santo Blasi e Achille Nigro.*
59. *L'Organisation des Musées — unesco, 1959, 15.*

DOCUMENTOS ANEXOS

Ao publicar os quatro documentos anexos, três dos quais pertencem ao Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem (ex-Arquivo Público do Paraná), cumpre ao autor manifestar seu agradecimento pela maneira com que ali teve facilitado o acesso à documentação primária do Paraná, notadamente de parte de seu Diretor – dr. Mbá de Ferrante e de sua auxiliar, Exma. Sra. D. Edith Borchardt.

DOCUMENTO Nº 1

Ofício datado de 14 de janeiro de 1874, dirigido por Agostinho Ermelino de Leão e José Cândido da Silva Murici, ao Presidente da Província – dr. Frederico José Cardoso d'Araújo Abranches, o mais antigo documento sobre a criação de um museu agrícola e um jardim de aclimação na Capital da Província. Recebendo-o, no dia seguinte, o Presidente expediu circular às Municipalidades, em termos que nos são desconhecidos diretamente, solicitando apoio à iniciativa. Pertence ao Departamento de Arquivo e Microfilmagem, Livro de Offícios de 1874, vol. 1.

Ilmo. e Exmo. Sr.

Temos a honra de levar ao conhecimento de V.Exª que, no intuito de coligir os riquíssimos produtos agrícolas e industriais desta Província, pretendemos levar a efeito a criação de um museu agrícola e um jardim de aclimação nesta cidade.

À sabedoria e ilustração de V.Exª não podem escapar as vantagens e os benefícios resultados de tão útil medida, já realizada nos países civilizados e em outras Províncias do Império.

Nutrindo os mais sinceros desejos de tornar patente as riquezas que jazem esquecidas no vasto território desta Província, não dispomos entretanto senão de nossos esforços, que pouco valerão se em nosso auxílio não vier a valiosa coadjuvação de V.Exª, que tão solícito se tem mostrado pelo desenvolvimento e pela prosperidade desta Província, cujos destinos lhe foram sabiamente confiados.

Assim esperamos se dignará v.Exª auxiliar-nos na realização dessa idéia, oficiando às Municipalidades e Colônias da Província, a fim de que as mesmas procurem fazer aquisição de produtos para serem remetidos.

Reiteramos a V.Exª os protestos de estima e subida consideração.

Deus guarde a V.Exª.

Curitiba, 14 de janeiro de 1874.

Ilmo. Exmo. Sr. dr. Frederico José Cardoso d'Araújo Abranches,
Presidente desta Província.

Agostinho Ermelino de Leão

Dr. José Cândido da Silva Murici.

DOCUMENTO Nº 2

Ofício datado de 20 de maio de 1875, subscrito por José Cândido da Silva Murici, André Braz Chalreio Júnior e Agostinho Ermelino de Leão, dirigido ao Presidente da Província — dr. Adolpho Lamenha Lins. Através dele, os signatários, aludindo à designação feita pelo Presidente para comporem a comissão diretora do Museu, indicam oficialmente o prédio do Larto Zacarias para sua sede, na segunda tentativa para realizar sua idéia e que agora será bem sucedida. A indicação do antigo Mercado já estava, entretanto, acertada, pelo menos desde o final de 1874, ainda no Governo de Abranches. Pertence ao Departamento de Arquivo e Microfilmagem, Livro de Ofícios de 1875, vol. 8.

Ilmo. Exmo. Sr.

Os abaixo-assinados, tão benignamente distinguidos por V.Exª, aceitando o elevado mandato nomeando-os para a comissão diretora do Museu, que tem de ser criado nesta Capital, têm a honra, para cumprir satisfatoriamente o que por V.Exª lhes foi ordenado, de indicar o prédio que serviu de mercado, no largo do "Conselheiro Zacarias" e pedir que se digne pôr, à sua disposição, o dito prédio, o qual, com os reparos indispensáveis propostos pelo Engenheiro da Província e constantes do orçamento junto, no valor de 1:296\$130, nos compartimentos nele mencionados, desde já, se prestará modesta e convenientemente à grandiosa idéia que se deseja levar a efeito.

Deus guarde a V.Exª.

Curitiba, 20 de maio de 1875.

Ilmo. Exmo. Sr. Dr. Adolpho Lamenha Lins, Presidente da Província.
José Cândido da Silva Murici
André Braz Chalreo Júnior
Agostinho Ermelino de Leão.

Contém o seguinte despacho: "Informe a Tesouraria Provincial. Palácio da Presidência do Paraná, em 21 de maio de 1875. Lamenha Lins."

DOCUMENTO Nº 3

Ofício do Diretor interino da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, datado de 20 de dezembro de 1875, remetendo ao Presidente da Província do Paraná as Cartas Imperiais, pelas quais foram nomeados comendador: da ordem da Rosa o dr. José Cândido da Silva Murici, e de N.S.Jesus Cristo, Agostinho Ermelino de Leão. Comprovam o agrado imperial e o prestígio adquirido por ambos, não só pelas exposições de que participaram, como também pela iniciativa de criarem um Jardim de Aclimação e um Museu, na Capital da Província, o primeiro já então instalado. Pertence ao Departamento de Arquivo e Microfilmagem, Livro de Ofícios de 1876, vol. 20.

Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império.
Rio de Janeiro, em 20 de dezembro de 1875.
Ilmo. e Exmo. Sr.

De ordem de S.Exa. o Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, remeto a V.Exa. as inclusas Cartas Imperiais, pelas quais foram nomeados Comendadores: da Ordem da Rosa o dr. José Cândido da Silva Murici, e da de N. S. Jesus Cristo Agostinho Ermelino de Leão, a fim de serem entregues a quem se mostrar competentemente autorizado para recebê-las depois de pagos os direitos devidos e prestado o juramento do estilo.

Deus guarde a V.Exã.

Ilmo. e Exmo. Sr. Presidente da Província do Paraná.

O diretor interino

João Juvêncio Ferreira d'Aguar.

Termo de entrega do Museu à Província do Paraná, em 1.º de janeiro de 1883, com a presença do dr. Carlos Augusto de Carvalho, Presidente da Província, do encarregado do Museu, dr. Agostinho Ermelino de Leão, autoridades civis e militares e grande concurso de povo. No texto, a seguir transcrito, a palavra "preparado" encontra-se acrescentada a lápis. Em consequência de compreensíveis dificuldades de leitura, algumas das assinaturas sujeitam-se a retificação. Está lançado no Livro próprio, pertencente ao Museu Paranaense, Curitiba.

Ao primeiro dia do mês de janeiro de mil oitocentos e oitenta e três, nesta cidade de Curitiba, capital da província do Paraná, no edifício do Museu, onde se achavam presentes o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Doutor Carlos Augusto de Carvalho, Presidente da Província, autoridades civis e militares e grande concurso de povo, foi pelo Encarregado do Museu doutor Agostinho Ermelino de Leão declarado que, achando-se (preparado) o estabelecimento que, por ofício de treze de maio do ano de mil oitocentos e setenta e cinco, fora encarregado de organizar, entregava-o à Província, na pessoa do mesmo Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente da Província. Nessa ocasião, por sua Excelência o Senhor Doutor Presidente da Província, foi lido o ato de trinta de dezembro de mil oitocentos e oitenta e dois, pelo qual, atendendo aos relevantes serviços prestados na organização deste estabelecimento pelo Doutor Agostinho Ermelino de Leão, o nomeava seu Diretor, entregando-lhe igualmente um exemplar do Regulamento expedido na mesma data, trinta de dezembro de mil oitocentos e oitenta e dois, e em virtude do qual são declarados beneméritos do Museu os Doutores Adolpho Lamenha Lins, José Cândido da Silva Murici e Agostinho Ermelino de Leão, devendo, como tais, seus nomes ser escritos no salão principal do museu paranaense, para atestar aos vindouros o reconhecimento da Província do Paraná. E para constar, lavrou-se o presente termo em que assinam o Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente da Província, as autoridades e mais pessoas presentes, e eu João Ferreira Leite, servindo de Secretário que este escreveu.

Carlos Augusto de Carvalho

Caetano dos Santos

A. Alves d'Araújo — Presidente da Assembléia Provincial

Generoso Marques dos Santos — Deputado Geral

Cel. José Clarindo de Queiroz
 M. Euphrásio Correia
 Ildefonso P. Correia
 Joaquim D'Almeida Faria Sobrinho
 Cel. José Almeida Barreto
 Augusto Lobo de Moura
 Capitão Antônio da Rocha Bezerra Cavalcanti
 Capitão José Mariano de Araújo
 Capitão Antônio José dos Santos D'Azevedo Júnior
 José de Sá Ribas
 Juvenal Rodogriano Gonçalves dos Santos
 Floriano de Castro Lavor
 Tenente Manoel Ambrósio de Camargo
 2.º Tenente Manoel José de Faria Albuquerque
 Benedicto Eneas de Paula
 Octávio Aristides Francisco. (?)
 Antônio Ricardo Lustosa d'Andrade
 José Antônio Pereira Alves
 Alferes Thomas Machado
 Olympio de Abreu Sá Sotto Maior
 Ignácio de Sá Sotto Maior
 J. Manoel Marques da Silva
 José Correa de Freitas
 Antônio Ennes Bandeira
 Ignácio de Paula França
 Iphigênio Ventura de Jesus
 Salvador Accioli Fraxino
 João de Deus Ferraz — Subdelegado
 Carlos da Motta Ribeiro
 Maurílio M. de Magalhães Sampaio
 Felipe Monteiro de Barros
 Francisco de Paula Moura Brito
 Bernardo José Ribeiro Vianna
 A. Martins Lopes
 João Baptista Brandão de Proença
 Antônio Martins Franco
 Ernesto de Moura Brito

Alfredo Westphalen
Iphigênia da Conceição Brandão Leite
Florêncio Manoel (?)
Edmundo Requião
Luiz F. França
Francisco da Cunha Machado Beltrão
João Lourenço Taborda Ribas
L. A. da Silva Coelho
José Lourenço Meira de Vasconcelos
Romão Rodrigues de Oliveira Branco
José Lourenço Schleder
João Frederico Förster
José Wolf
Jacob Schmidlin
Francisco Antônio Schleder
João Baptista Gomes de Sá
Manoel Joaquim de Vasconcellos (?)
Carlos Ottoni Stanberg
Josef Kolb
Germano Strobel
Emílio Roberto Strobel
José Vieira da Silva
Frederico Augusto Schlichting
Ezequiel Menezes
Francisco Alves de Oliveira
Izidoro Ribas
Jocelim José de Oliveira
Guilherme Breise
Frederico Schulz
Benedicto Santanna
Joan Motter
Augusto Gerhard
Gaspar Lambak
Martin Meister
Theodoro Henning
Júlio Henrique Poclacke
João Jorge Miller

Manoel Casoru
João Daniel Fernando Todeski
José Adolfo Fair
César de Assis Teixeira
Karl Strassbürger
José Mariani Cardinaro de Signon
Álvaro Schleder de Sá Beltrão
José Correia da Silva
José Stephan
Vicente Farano
Bortolo Vardanega
Geraldo de Almeida Torres
Bernardino de Freitas Saldanha
Luís Carlos Wendt
Luís Miguel Schleder
Albert Josef de Hoog
José Weigert
Johan Ernlung
José Theodoro Stresser
João Pedro Stresser
Francisco Pereira Ribas
Domingos Carneiro da Silva Braga
João Augusto Stresser
Antônio Paulino Stresser
Otto (?)
Roberto Schiebler
Albert Plotow
João Seraphim da Rosa
Frederico Kopp
Francisco de Paula Plotow
Santo Blasi
Francisco Castellano
José Carvalho de Oliveira
Antônio José da Cunha Rodrigues
Martinho Ribas Francisco de Vasconcellos Chaves
Domingos Gravina
Carlos Filizolla
Benedicto da Costa P.

Gottlieb Mettler
João Baptista de Souza
Leoncio Raphael de Moraes
Manoel José Gonçalves
Gottlieb Müller
Antonio Granato
Henrique Hatzel
Lourival Ferreira
João Moreira do Couto Júnior
Antonio Nogueira
Benedicto Gonçalves de Menezes
Oliverio Cortes Taborda
Eleutério Moreira de Freitas
Benedicto Ribas de Freitas
Joaquim Ricardo dos Santos
Siegfried Schmidt
Carlos Marquardt
Vicente Machado — Promotor Público
Euclides de Moura
José Alexandre Marques
Hermógenes G. Rebello
Júlio (?)
Guilherme Xavier de Miranda
Miguel Schleder
João Baptista Guimarães
Francisco José de Mendonça
Achille Nigro
Micheli Serpa
Raimundo Schneider
Francisco Dias de Paiva
Eduardo Lobo de Moura
Augusto Craveiro de Sá
Maria Leoniza de Loyola Pinho
Francisca da Luz Loyola Garnier
Fortunato Nicolai
Antônio Gonçalves dos Santos
Augusto Gonçalves dos Santos

Manoel Euphrásio Assumpção
José A. Cysneiros
Luiz Ladislau d'Assumpção
Francisco Fontana
Agostinho Ermelino de Leão.

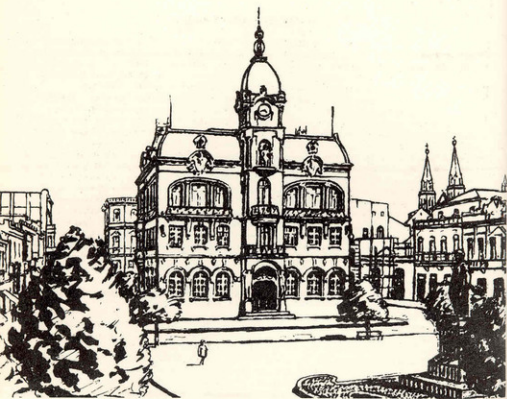
★...★...★...★...★

MUSEU PARANAENSE – BREVE HISTÓRICO

Foi em 1874 que Agostinho Ermelino de Leão e José Cândido da Silva Murici expuseram ao Presidente da Província do Paraná, Frederico J. A. Abranches, a idéia da criação de um Museu e Jardim de Aclimação em Curitiba. Sua inauguração, porém, só ocorre em 1876, a 25 de setembro, na administração Adolpho Lamenha Lins. As dependências do antigo Mercado Municipal, devidamente adaptadas, serviram de sede. Ficava no Largo da Fonte (hoje Cons. Zacarias).

Ali permaneceu por 25 anos. Aumento das coleções, má distribuição das salas e excessiva umidade foram, entre outros, os motivos que forçaram sua transferência para a rua Dr. Murici, ao lado do então Teatro São Teodoro, em 1900. Durante esse espaço de tempo, foram seus administradores: Agostinho Ermelino de Leão e Manoel Ricardo dos Santos. Por 13 anos esteve nesse local. A destinação do prédio para abrigar a Corporação de Bombeiros da Capital, em 1913, faz com que o Museu se transfira mais uma vez, agora para ocupar o imóvel do antigo Teatro Tívoli, à rua São Francisco (entre a Praça da Ordem e a Barão do Serro Azul). Não obstante os esforços do seu dedicado diretor – Alfredo Romário Martins –, a instituição, após os primeiros anos, passa a experimentar momentos muito difíceis, tanto devido às dependências que se tornaram acanhadas, como também às deficientes defesas contra a umidade. Sua permanência na sede da São Francisco foi de 17 anos. Em 1930, torna a se transferir, agora em companhia da Biblioteca Pública do Paraná, para o Palacete Macedo, situado no cruzamento das ruas Buenos Aires e Benjamin Lins, no Batel. Entre 30 e 36, é administrado, respectivamente, por Rubens Klier Assunção, Sebastião Paraná e João Tenius. No mesmo ano de 1936, ocupa a direção José Loureiro Fernandes. Durante sua administração, é criado o Conselho Administrativo, do qual fizeram parte destacados mestres, como Arthur Martins Franco, Pe. Jesus Moure, Carlos Stellfeld, Júlio Estrella Moreira e Waldemar F. Lange, entre outros.

Com a criação das Seções especializadas de História Natural, Antropologia e História Pátria, são incentivadas as pesquisas de campo e gabinete, que ensejam a publicação da sua revista oficial ARQUIVOS DO MUSEU PARANAENSE, de elevado nível editorial. Por outro lado, a Biblioteca, até então deficiente e mal aparelhada, aumenta seu acervo bibliográfico, para tornar-se um das mais bem equipadas do país. Em 1956, o Setor de História Natural, que vinha acompanhando a casa desde a sua fundação, separa-se para vir a formar o Instituto de História Natural, de breve existência. Dez anos mais tarde, em 1965, o edifício da Buenos Aires é demolido, sob a promessa formal de que ali seria edificado prédio capaz de não só abrigar o Museu, como também as demais unidades culturais do Estado, sediadas na capital. Tal não ocorre. Transferido às pressas para local completamente inadequado, enquanto aguardava o novo prédio, sofre ele indescritíveis dificuldades. Realmente, a sede da rua 13 de Maio, além de completamente acanhada, não apresentava condições para nela se instalar um museu, de pequeno porte, muito menos o Paranaense, com um acervo superior a 80 mil objetos. Contudo, em 1973, com a cessão do prédio onde esteve a Prefeitura Municipal de Curitiba, à Praça Generoso Marques, consegue acomodar-se em condições boas, podendo, hoje, desfrutar de momentos mais tranquilos e desenvolver, quando completa seu centenário de existência, parte da sua desejada programação.



PAÇO MUNICIPAL — DESENHO DE ALFREDO ANDERSEN — ("ILUSTRAÇÃO PARANAENSE" — MARÇO 1930)

ATUAL SEDE DO MUSEU PARANAENSE